

O TRAFICO DE ESCRAVOS, DESPOVOAMENTO E SACRIFICIOS HUMANOS NA HISTÓRIA DE BENIM

JAMES D. GRAHAM, DA NORTHWESTERN UNIVERSITY, EVANSTON, EUA

O ENFOQUE GERAL (*)

"Crucificações, sacrifícios humanos e qualquer outro horror podem, em grande parte, acabar por habituar o olho humano, mas a harmonia interna de qualquer homem branco não pode suportar o cheiro. Havia sangue por toda parte; manchava bronzes, marfins e até mesmo as paredes" (1).

Foi esta a descrição que fez da cidade de Benim, R. H. Bacon, Comandante da Expedição Punitiva Britânica, em 1897. Este depoimento, com o do Capitão Alan Boisragon, não deixa dúvida de que a cidade de Benim não era mais que "um conjunto de casas de barro, parcialmente arruinadas, em condições não melhores que as cabanas de qualquer vilarejo nativo" (2). Vários historiadores aceitaram estas observações de primeira mão, como uma evidência conclusiva de que Benim sofreu, na verdade, desde o fim do século XVII, um processo de degeneração cultural e moral. A primeira e explícita referência a este citado "declínio" no Império Benim, foi a de David van Nyendael que observou que as casas da cidade de Benim "ficam, como o pão dos pobres, muito distantes umas das outras" (3), e que a própria cidade estava desolada e desabitada devido à guerra civil. O depoimento de Nyendael sobre o despovoamento, bem como o anterior de Olfert Dapper sobre sacrifícios humanos em larga escala, foram correlacionados com o tráfico de escravos da África Ocidental para a Europa na maioria das análises históricas do "declínio" de Benim.

Uma recente narrativa estenográfica da História de Benim reflete as linhas gerais, senão as exatas palavras de Henri L. Roth, A. F. Mckler-Ferryman, Alan C. Burns, C. R. Niven, Thomas Hodgkin e J. D. Fage.

(*) N. A. — O autor gostaria de expressar seus agradecimentos ao Dr. R. E. Bradbury da London University e ao Professor Jeffrey Butler, da Boston University, pelas críticas apresentadas. Agradece, igualmente aos Professores Jan Vansina e Philip Curtin, da Wisconsin University, e Professores Robert Hess, Ronald Cohen e Justine Cordwell da Northwestern University. A forma de apresentação e todas as interpretações e todas as interpretações presentes no texto devem ser, evidentemente, atribuídas do autor apenas.

N. A. — O trabalho do Professor James D. Graham acima reproduzido foi publicado em *Cahiers d'Études Africaines* 18-Vol. V — 1965.

"A ascensão de Benim... está intimamente ligada à solicitação européia de escravos... Os lucros advindos do tráfico entre europeus e chefes e comerciantes de Benim foram para os últimos, além de um incentivo, um meio de aumentar seu domínio através de armas de fogo... Ao fim do século XVII, porém, as contínuas guerras estavam destruindo prosperidade e, mesmo, a estrutura do estado... Grandes partes da cidade estavam desertas e em ruínas. O comércio, mesmo o de escravos, entrou em declínio e como os traficantes europeus vinham cada vez menos frequentemente à cidade, aumentaram as investidas para conseguir vítimas para os sacrifícios. Daí que, de toda a grandeza de Benim, o que sobreviveu tenha sido o desejo de poder de seus chefes, insaciável e autodestruidor e o comércio com seres humanos" (4).

Ainda que este comentário tenha sido redigido com o único objetivo de servir como brevíssima "introdução" à História do Império de Benim, uma análise mais detalhada de seu conteúdo pode provar, *ipso facto*, as implicações de cada frase. Certamente, nenhum dos historiadores acima, que trataram Benim desde a ampla perspectiva da história da Nigéria e da África Ocidental, proclamaria que seus trabalhos tenham interpretado exaustivamente todas as fontes do passado de Benim. Esta crítica a este enfoque geral recoloca o problema do papel do tráfico europeu de escravos na História de Benim propriamente dito. Mostra, também, que os dois sintomas do citado "declínio" de Benim, ou sejam, as ruínas e o despovoamento da cidade e a sede de seus governantes por sacrifícios humanos têm sido mal interpretados, tanto pelos cronistas ocasionais, como pelos historiadores. Os depoimentos destes cronistas que formaram as bases deste enfoque devem, o quanto antes, ser reexaminados, especialmente em relação à tradição oral bini e aos dados etnográficos. Uma reavaliação destes elementos leva à conclusão de que a História do Império de Benim, entre 1468 e 1897 é ante uma série de flutuações e ajustamentos, que um processo de "ascensão" e "declínio".

O TRÁFICO DE ESCRAVOS

O primeiro problema é saber em que medida estão "intimamente ligados" o comércio europeu de escravos e a "ascensão" de Benim. Teriam, realmente, os "lucros" e armas de fogo obtidos deste tráfico auxiliado de modo significativo os primeiros *obás* a "aumentar o seu domínio"? Segundo Egharevba (5) a extensão territorial do Império Benim foi consideravelmente aumentada ao tempo de Ewuare, o Grande (1440-1473), Ozolua (1481-1504) e Esigie (1504-1550). Enquanto a tradição oral de Egharevba data do tempo de Esigie o aparecimento e uso de armas de fogo pela primeira vez, todas as demais evidências servem de base à teoria de A. F. C. Ryder de que jamais estas armas foram introduzidas pelos portugueses (6). As primeiras armas, dinamarquesas, teriam, antes, sido trazidas pelos holandeses em 1690 (6). Nem um único dos cronistas do século XVII menciona a existência de armas de fogo, enquanto Barbot (7) e Nyendaël (8), em 1682 e 1702, omitem especificamente este tipo de arma entre as usadas pelos Binis. Esta evidência, que deve ser tomada em consideração,

contradiz, à primeira vista, o argumento de que as armas de fogo fôsem importantes na expansão territorial do Império Benim.

Mas os guerreiros binis eram excelentes em combate. Pereira escreveu que o Benim do começo do século XVI “está comumente em guerra com seus vizinhos e faz muitos prisioneiros, que nós compramos a 12 ou 15 braceletes de bronze cada um” (9). É importante notar que estas guerras eram travadas pelos grandes *obás* guerreiros Ozolua e Esigie. Continuavam êstes o trabalho iniciado por Ewuare, antes de os portugueses chegarem — o trabalho de arrancar tributo do povo de língua Edo que vivia próximo às terras de Benim. O fato de os portugueses terem oferecido braceletes pelos prisioneiros de Benim não pressupõe, logicamente, que os Binis tenham declarado guerra aos seus vizinhos com o único objetivo de conseguir braceletes. Ainda assim, como Ramusio (1540) observou, os Binis poderiam sentir-se como se estivessem prestando aos seus citados inimigos, “o melhor dos favores, mandando-os para serem vendidos a outras terras onde existe abundância de provisões” (10); é necessário entretanto, reconhecer que Benim, como o restante da África Ocidental, “tinha uma vida independente e própria e de forma alguma baseada inteiramente no mercado transatlântico” (11).

Não existe, na verdade, uma evidência que prove que o tráfico de escravos em Benim tenha sido extensivo em números absolutos. Barros refere que “um grande número” de escravos era obtido em Gwato, a fim de serem negociados em Mina; mas o mesmo autor adverte, também, ser Gwato, “muito pouco saudável” (12). A pimenta de Benim era seu mais importante produto de exportação até 1506, enquanto o marfim era, também, comprado em Gwato (13). De qualquer modo, o comércio do ouro começou, em Mina, a trazer maiores compensações e “a feitoria de Gwato foi abandonada no reinado de João III”, assinalando o “fim do comércio de escravos Benim-Mina” (14). Windham em 1553 e Welsh em 1588 compraram pimenta e dentes de elefante em Gwato, mas referiram-se à morte de vários homens no clima “muito pouco saudável” (15). Artus (1600) declarou que escravos de sexo masculino não eram vendidos em Gwato (16), fato êste mais tarde confirmado por Dapper, Barbot e Nyendaël (17).

Ao que parece, o comércio de escravos em Gwato, pôrto de Benim propriamente dito, foi ativo por aproximadamente 30 anos após a instalação, ali, da feitoria portuguesa, em 1486 (18). Durante a última parte do século XVI, depois que os feitôres portugueses haviam partido, o comércio em Gwato passou a ser mais intermitente, sendo os maiores produtos de exportação, nesta ocasião, a pimenta e o marfim, em lugar de escravos (15).

Artus, Dapper, Barbot e Nyendaël, cronistas do século XVII, todos mencionam a exportação de tecidos de algodão tingido, jade, peles de leopardo, coral, pimenta e marfim, bem como *mulheres* escravas, em Benim. Com certeza, os escravos obtidos de Gwato eram uma importante fonte de trabalho para os primeiros mercadores portugueses de Mina e

São Tomé; mas em números absolutos, este comércio inicial de escravos era de pouca importância. Não existe, portanto, indicação alguma, ao tempo de Windham (1553) ou de Nyendael (1702) de que escravos de sexo masculino fossem vendidos em Gwato. Conquanto nada possa afirmar que o tráfico de escravos tenha contribuído de maneira significativa para a "ascensão" de Benim entre 1486 e 1702, deve-se notar que um comércio de escravos, relativamente estável, existiu durante este tempo no "estado" de Benim.

Faz-se necessário estabelecer as diferenças entre o "estado" de Benim e Benim "própriamente dito". (*)

O "estado", de fato, consistia de várias "comunidades independentes", as quais, "raramente estavam em paz", "cada uma delas com todas as prerrogativas que lhe conferia o governo local" e, todas "deixadas muito sós para tratar de seus próprios destinos" (19). Os povos do território entre Bonny e Lagos constituíam um "Estado" apenas na medida em que rendiam tributos e serviços ao *Obá* de Benim (19). Uma leitura cuidadosa de *A Short History of Benin*, de Egharevba, revela que a maior parte das guerras de Benim, após as conquistas iniciais de Ewuare, Ozolua e Esigie foram travadas entre os seguidores de pretendentes ao trono, entre comunidades vizinhas ou entre o exército de Benim propriamente dito e o de alguma comunidade recalcitrante quanto ao pagamento do tributo devido ao *Obá*. É possível, em relação ao papel do estado no tráfico de escravos, que os feitores europeus, desde o início, tenham entrado em contacto mais direto com as comunidades individuais do que com o *Obá*. Os primeiros feitores portugueses podem "ter empregado subordinados que eram enviados a outros rios ... a fim de comprar escravos e trazê-los de volta à feitoria" (20).

Os Itsekiris, por exemplo, que ocuparam a foz do Rio Forcados desde o século XV (21), tiveram relações comerciais bem mais ativas com os europeus do que o governo central, que manteve o monopólio em Gwato.

A foz do Rio Formosa, onde Gwato estava localizado, imediatamente foi caracterizada como "de pouca profundidade e cheia de rochas submersas" (22), com um banco de areia, apenas a 10 (dez) pés abaixo da superfície, à maré baixa (23). Entretanto, aproximadamente a 10 (dez) léguas a leste, estava o Rio Forcados, mais profundo e constituindo excelente via de acesso ao interior (24). Pereira refere-se à existência de uma vila no Rio Forcados, em território warri, de onde exportavam-se "escravos e tecidos de algodão" (24). Diz, além disto, que a região entre o Forcados e o Delta "era densamente povoada" de Ijos que "são afeitos à guerra, sendo raramente vistos em paz", mantendo um comércio, "basicamente" de escravos, com "algum" marfim (24). Estas comunidades ribeirinhas, desde o

(*) Este último deve ser entendido como a região interior, incluindo o território atualmente demarcado pelo Benim Divisional Boundary.

comêço do século XVI, pois, estavam engajadas em transações independentes com escravos.

As viagens de Welsh, em 1588 e 1590, aparecem entre os últimos esforços dos europeus para negociarem próximo ao Rio Formosa. Naturalmente, o uso crescente do porto natural do Rio Forcados, mais seguro, reafirmou a posição dos Itsekiris e intensificou o comércio dos europeus com Arebo, na região do Gwato. Por volta de 1600, Artus escreveu que os portugueses e holandeses comerciavam principalmente no Forcados, mas também entre os Warris, onde "não existiam mais que 500 (quinhentos) escravos a serem conseguidos em um ano" (25). Artus observou também que o "rei" dos Warris era "muito absoluto" (25) e a independência dos Warris (Itsekiris) foi confirmada pelos depoimentos posteriores de Dapper, Barbot e Nyendael. Este último acrescentou que as ribeiras de cada braço do rio eram "habitadas por uma nação em particular", cada uma das quais pagava tributo ao *Obá* de Benim, exceção feita ao rei dos Warris que o considerava como "vizinho e aliado" (26). Isto leva unânimemente à conclusão de que o comércio de escravos no Império Benim, após as primeiras investidas de Portugal em Gwato, centralizou-se quase que exclusivamente na comunidade Itsekiri. Este "reino de Warri", com uma localização geográfica bem mais favorável e maior receptividade aos ensinamentos dos missionários portugueses (27), conseguiu "absoluta" independência do "estado" de Benim em 1600.

Muito da confusão sobre a extensão do tráfico de escravos em Benim, resulta dos depoimentos dos próprios mercadores que, seguidamente definiam "Benim" como toda a área costeira entre "Guiné" e "Angola", durante o século XVII (28). A tal ponto, que pelas suas descrições de Benim, em 1799, a feitoria de Benim dever-se-ia localizar em algum ponto entre Bonny e a Costa do Ouro, enquanto nem um só mercador de Liverpool comercializou nesta área durante o mesmo ano (29). Donnán assinala que "Benim" quase sempre se refere ao Golfo de Benim que inclui o Golfo de Biafra, notando que, "quando se pretende um limite mais definido, este é, usualmente, o Golfo de Biafra" (30). Vê-se que os mercadores de escravos jamais distinguiram o comércio com os Warris do estabelecido com Benim, já que consideravam todos os entrepostos do Golfo como sendo "Benim". Tal imprecisão, necessariamente, aumentaria o número de escravos supostamente comprados em Benim, embora este número, mesmo exagerado, pudesse ser considerado, em geral, como moderado (31).

Por volta de 1726, escravos homens, mas apenas os provenientes de fora de Benim propriamente dito, eram mais uma vez vendidos em Gwato (32). Em 1758, o Capitão Harrison manobrou para "a barra de Benim e descobriu ali, apenas um navio, viz uma embarcação portuguesa em Warri" (33). Olaudah Equiano, um *ibo* que viveu numa "remota" província do Império Benim, por este tempo, declarou que da parte de seu povo, "a sujeição ao rei de Benim era pouco mais que nominal" (34). Mercadores trabalhando por sua própria conta teriam oferecido armas de fogo ou peixe defumado em pagamento de sua carga

humana. Membros da comunidade de Equiano “venderam escravos a eles, mas eram apenas prisioneiros de guerra ou algum dos nossos que houvesse sido acusado de rapto ou adultério, ou qualquer outro dos crimes por nós considerado gravemente ofensivo” (34). O próprio Equiano foi raptado e vendido por três empreiteiros estrangeiros. O capitão Landolphe, que comerciava em Gwato e Arebo, entre 1769 e 1792, obteve grandes lucros no comércio do marfim, embora tenha, também, ganho consideravelmente com escravos (35). Tecidos de algodão tingido, madeira e azeite eram também exportados. O depoimento de Landolphe é a única fonte que assinala o embarque de escravas e escravos não nativos de Benim. O Capitão John Adams, em sua jornada, entre 1786 e 1800, foi o último cronista a observar a existência de tráfico de escravos nas terras de Benim propriamente dito. Considera, entretanto, que este comércio em Gwato era menos importante que o do marfim e relativamente sem significação, se comparado às operações em Bonny ou Lagos (36).

James Fawckner, que foi a Gwato a fim de comprar azeite e marfim, notou mais uma vez o “poder absoluto” do monarca Warri e assegurou que “Warri era o lugar onde mais acentuado se processava o tráfico de escravos” (37). Em 1830, o capitão Owen observou que o Rio Formosa “possui um comércio muito restrito” (38). Sua explicação para o fato era que “azeite e marfim são, agora, os únicos artigos exportados” e apenas aqueles rios “que podem suportar navios de maior calado são visitados; destes, Bonny, Old Callabar e Camaroons, são os principais” (38). Que esta queda no comércio foi severamente sentida pelo povo de Benim (38), foi demonstrado na petição do Obá em 1838, que Moffat e Smith classificaram como “aquêl embuste” com o rei da Inglaterra. Ainda que Moffat tenha interpretado a petição do Obá como uma referência à intervenção britânica no tráfico de escravos, é mais razoável acreditar que o Obá estava, naquela ocasião, preocupado com a “diminuição” em todo o comércio, incluindo o marfim e o azeite, o que foi explicado pelo capitão Owen.

Richard Burton observou, em 1862, que “seria uma tarefa sem futuro restaurar o comércio com Benim” (40). Desde que os Binis fabricavam seus tecidos de algodão e seu vinho, Burton pensou que eles “pareciam pouco importar-se com a suspensão do tráfico: tornou-se dolorosamente evidente que eles poderiam suportar esta prova melhor do que nós” (40). Na verdade, o Obá Adolo aceitou a abolição do tráfico “como um *fait accompli* e nem mesmo lembrou a possibilidade de seu ressurgimento” (40). Burton referia, também, o fato de que os feitores em Gwato eram inescrupulosos e recomendava que suas feitorias fossem abandonadas e destruídas (40). Aparentemente, sua sugestão foi seguida, pois Gallwey em 1893 disse que não existiam feitorias em Gwato “desde bem pouco tempo” (41). Azeite, concordaram Burton e Gallwey, era o principal produto de exportação. Gallwey observou também que os Itsekiris “fazem o possível para dificultar” o comércio direto com Benim propriamente dito, e

que tôdas as vias fluviais de acesso a Gwato eram muito perigosas devido às serpentes, correntes e troncos submersos⁽⁴¹⁾.

Um olhar superficial sôbre o período entre 1486 e 1897 leva à conclusão que o tráfico de escravos foi de pouca importância, se alguma vez a teve, para Benim. Depoimentos preliminares de Owen e Burton mencionam a existência de um comércio de escravos em larga escala, em Gwato, em épocas anteriores; mas nenhum deles testemunhou qualquer destas atividades durante suas visitas a Benim pròpriamente dito. O Capitão Landolphe foi o único cronista a relatar, neste período, o embarque de escravos em Gwato. Existiram alguns períodos, durante os quatro séculos de contacto com os europeus, em que as operações de comércio de escravos eram, relativamente, mais ou menos intensas. Ainda, ao observarmos todo o período, o produto de exportação mais estável parece ser o marfim, em primeiro lugar, suplementado pela pimenta e a seguir, pelo azeite.

Um aspecto significativo do comércio com os europeus, de qualquer forma, foi o fato de ter possibilitado a autonomia econômica de várias províncias do Império Benim. A crescente importância dos Itsekiris, em particular, foi já observada acima — as últimas conseqüências de sua posição comercialmente vantajosa caracterizando-se em sua ostensiva obstaculização a todo o contacto entre europeus e Benim. O caso de Lagos pode servir como exemplo da influência sôbre as províncias de Benim, do contacto com os traficantes de escravos:

“Com o correr do tempo, os reis começaram a descuidar-se no pagamento do habitual tributo e, em 1830, os mensageiros foram mandados de volta sem êle. Nenhuma tentativa de forçar o pagamento teria sucesso... (já que) os europeus envolvidos no tráfico de escravos ter-lhes-iam dado ótima cobertura a fim de frustrar qualquer ataque vindo de Benim”⁽⁴²⁾.

Desde que o estado de Benim sempre foi descentralizado, era o pagamento dêste tributo, mais do que qualquer alteração na hegemonia política, o que interessava ao Obá. Não se deve supor que, após a primeira manifestação em contrário, jamais voltasse o tributo a ser cobrado. Várias vêzes, e isto foi comum durante tôda a história de Benim, o pagamento rápido do tributo devido ficava na dependência do poderio do exército central, em oposição às forças do recalcitrante vassalo. Em 1862, Burton observou a respeito do comportamento dos Itsekiris em relação ao pagamento devido ao Obá:

“Quando êle é forte, o povo paga-lhe em tempo o que lhe deve: quando êle é fraco, ri-se às suas barbas”⁽⁴³⁾.

Acentuou-se então a influência dos europeus naquelas províncias em que existiam grandes obstáculos ao intercâmbio dentro do Império Benim, como pântanos ou selvas.

Afinal, a grande conseqüência do comércio de escravos com os europeus foi a afirmação da auto-suficiência econômica das províncias de Be-

o nestas situações transitórias aponta, antes, à profundeza das tradições de Benim, do que a qualquer tipo de valores culturais ou morais.

DESPOVOAMENTO

A confusão sobre o despovoamento da cidade de Benim, nos depoimentos sempre polêmicos e contraditórios de Nyendaël. Este último deve ser considerado o mais correto, já que os trabalhos de Dapper e Barbot eram "observações de outros" (44). Dapper, cujos informantes foram enviados a Benim (45), escreveu que a cidade de Benim "tem ruas espaçosas, cada uma delas com 120 pés de largura e as casas são construídas em fila, próximas umas às outras, em boa ordem, como na Europa" (46). Continuando nesta descrição imaginária de Benim, mostra, também, colinas ao longe que realmente existem. Artus, bem mais rigoroso (44), mencionou, realmente, a muralha que separava a cidade dos prédios da corte e as casas construídas em "boa ordem" (49), mas sem os extramuros de Dapper. Barbot, cujas viagens a Guiné, em 1678 e 1679, não se estenderam até a cidade de Benim (44), confirmou o relato de Dapper em todos os pontos. As impressões, "em geral" (50) de Nyendaël, por outro lado, são os pontos de partida para a discussão dos quais o despovoamento e "declínio" cultural de Benim são discutidos. Desta forma, torna-se valioso examinar o testemunho de Nyendaël. Ele fala de Gwato como pequeno e despovoado, devido às guerras civis e que estava sendo reconstruído (51). Comparado com o de Artus (52), pode perfeitamente, ser a melhor evidência da importância de Gwato, ao mesmo tempo que de Benim no comércio externo. Se não especificamente, pelo menos em termos de considerações de Nyendaël sobre as ruínas e despovoamento de Benim podem ser tidas como válidas, pois Egharevba e Nyendaël afirmam que o período das visitas de Nyendaël foi de exceção na região de Benim propriamente dito (53). Ape-

sar disto, Nyendaël conheceu o processo de tintura dos Binis, seus sabões e seus tecidos de algodão; e assegurou que o "rei possui uma ótima renda" (54). Também afirmou que a cidade de Benim tinha "pelo menos 4 milhas de largura. As ruas são bastante longas e largas e aí, seguidamente, encontram-se mercados" (54). As casas usadas eram "grandes e agradáveis, com paredes de barro" e sua "arquitetura" era "passável" (54). O testemunho de Nyendaël deixa pouca dúvida de que os trabalhos de Dapper e Barbot tenham omitido algumas das principais características da cidade de Benim. Por outro lado, a referência de Nyendaël ao "pão dos pobres", mencionada no primeiro parágrafo, prejudicou suas impressões mais favoráveis da cidade de Benim. As ruínas de que fala serão antes as casas de barro dos seguidores de algum pretendente ao trono, ou de um *street-king* (54). Estas casas desocupadas facilmente poderiam ter sido danificadas por pesadas chuvas ou algum furacão. De forma alguma os comentários de Nyendaël sobre a cidade de Benim, durante um período especial de tensão interna, devem implicar em que êle tenha assistido à explosão que já se preparava há dois séculos. Representam, no entanto, um interessante documento sobre um período de desarmonia em Benim — apenas um de tantos períodos semelhantes referidos por Egharevba.

Em 1726, William Smith afirmou que o "maior império da Guiné é o de Benim" (55). Asseverou que os mercados da cidade de Benim "são conservados muito limpos" e que "as casas são agradáveis e espaçosas" (55); mas faz a ressalva: "há muito tempo está desabitada" (55). Equiano, um Ibo, declarou que o Império Benim era o "mais considerável" de toda a Guiné, "tanto em extensão como em riqueza" (56). Landolphe, o cronista que mais tempo esteve na cidade de Benim, observou que as casas, aí, eram bem construídas e que a população desta metrópole poderia ser estimada em 80.000 pessoas (57). Adams, aproximadamente na mesma época, escreveu sobre uma cidade irregularmente construída, com cerca de 15.000 habitantes (58). E King, em 1820, observou a existência de uma cidade cuja população fora dizimada por uma guerra civil "e cuja secção habitável teria apenas 2 ou 3 milhas de circunferência" (59). Disse, também, que "as ruas são longas e retas; as casas construídas de forma regular ... (e) as residências das pessoas mais destacadas são mantidas em boa ordem e são de ótimo estilo" (59). Fawckner, também, descreveu "um grande" mercado e casas "decididamente superiores" (60).

Moffat e Burton ficaram bastante impressionados pela presença de crânios na cidade de Benim; e o último disse, em 1862, que existiam "ruas mais largas que as praças parisienses" (61). Embora Burton tenha escrito que a cidade mesma "estava nas piores condições" (61), êle a estava visitando em agosto, em plena estação chuvosa. A população de Benim, estimada por Jaccoliot, em 1879, era de 50.000 (62); mas o Capitão Gallwey, em 1893, viu apenas, "uma singular coleção de casas construídas em pouca ou nenhuma ordem" (63). Os comentários de Boisragon e Bacon, a partir de sua experiência em 1897, parecem confirmar a observação de

Gallwey⁽⁶²⁾. Desde o tempo de Artus, pois, parece ter existido pelo menos uma rua, larga e longa, dividindo o conjunto da cõrte do restante da cidade. Lutas pela sucessão, durante as quais o povo da cidade, dividido em facções, provàvelmente apoiou candidatos rivais, levaram à emigração dos vencidos⁽⁶⁴⁾. As casas de barro dos emigrados teriam, então, ficado expostas às intempéries, dando a impressão de ruínas. As casas, provàvelmente, eram construídas de maneira "irregular", ainda que tal informação dificilmente possa servir de indício de declínio cultural, a menos que a construção retilínea de moradias denote inata superioridade cultural e que o testemunho de Dapper seja irrestritamente aceito. Nenhum dos cronistas que descreveram o aspecto físico da cidade de Benim permaneceu ali por um longo período de tempo: jamais chegaram a aclimatar-se à peculiaríssima atmosfera da cidade, ficando invariavelmente desapontados quando a comparavam com o que dela diziam Dapper e Barbot ou com qualquer outra cidade mais ocidentalizada da Costa da Guiné. Raymond Tong, em 1858, disse que sua impressão inicial da cidade de Benim foi que "ela era muito feia", mas paulatinamente teve de reconhecer que "a dignidade dos muros de barro" realmente harmonizava-se com a paisagem⁽⁶⁵⁾. Acredita êle que visitantes anteriores "tenham visto talvez muito vivamente o vermelho para serem capazes de dar-se conta do verde do lugar. Se tivessem ficado mais tempo, te-lo-iam visto"⁽⁶⁵⁾. A cidade realmente parece ter-se despovoado gradativamente, conforme referem Nyendael e King, durante e logo após os períodos de lutas civis, embora existam dúvidas de que a cidade algum dia tenha sido grande: em tempo de relativa paz e estabilidade, sua população poderia ser expressa em cinco algarismos.

Os depoimentos sôbre as ruínas e despovoamento da cidade de Benim não oferecem nenhuma evidência conclusiva de um declínio cultural, que tem sido alegado como sintoma de destruição da "prosperidade e mesmo da estrutura do estado".

SACRIFÍCIOS HUMANOS

Há pouca dúvida quanto ao fato de que os sacrifícios humanos tenham sido parte integrante da religião do estado de Benim desde os primeiros tempos. Barros, por exemplo, observou que "o rei de Benim estava sob grande influência de seus ídolos"⁽⁶⁶⁾, e Pereira disse que a vida de Benim "é cheia de excessos, feitiçaria e idolatria, que eu omito pela necessidade de ser breve"⁽⁶⁷⁾. Leo Africanus, ao começo do século XVI, recorda que os Binis "vivem em idolatria e são rudes e bárbaros; não surpreendendo que seu príncipe seja servido com tão grandes reverências... (a ponto de) por ocasião de sua morte, seus favoritos considerarem ponto de honra serem queimados com êle"⁽⁶⁸⁾. Ramusio (1540) disse que "todos vivem ansiosos pela honra" de serem queimados com o Obá, como se isso fôsse um "antigo costume" em Benim⁽⁶⁹⁾. Sacrifícios humanos, pois, existiam bem antes de terem as investidas dos europeus em busca

de escravos criado um “insaciável e autodestruidor desejo” nos governantes de Benim pelo “comércio de homens”.

O *Eghaevbo n'Ore*, que, ao que parece, substituiu o *Uzama Nihinron* como o órgão mais importante de contróle sobre o poder político do Oba (70), foi criado por Ewuare antes da vinda de europeu (71). Desde que os membros titulares do *Eghaevbo n'Ore*, tratavam de “quase todos os problemas diários da administração do império” (70), estes homens eram, provavelmente, “os feiticeiros-sacerdotes” ou os “homens ju-ju” que de tal forma impressionaram os visitantes europeus desde o tempo de Pereira até o de Gallwey. Em outras palavras, tanto os sacrifícios humanos como os “feiticeiros-sacerdotes” existiam já, em Benim, antes do comêço do tráfico de escravos para a Europa e antes das grandes vitórias militares de Ozolua e Esigie.

Cronistas posteriores comentam sacrifícios humanos e a influência dos “feiticeiros-sacerdotes” parece variar de acôrdo com a sensibilidade e estilo de cada testemunha. Nem os “feiticeiros-sacerdotes” ou os sacrifícios humanos foram lembrados por Windham, Welsh e Artus, sendo que os dois primeiros consideraram os Binis amistosos, “muito gentis e simpáticos” (72). Os depoimentos mais extensos de Dapper e Barbot descreviam “horróveis” sacrifícios humanos assistidos durante as exéquias de grandes senhores. Este derramamento de sangue que, supostamente, deveria homenagear o “Demônio” (73), pareceu não afetar a tese de Dapper-Barbot de que a cidade de Benim era “muito bem povoada” e que “nenhuma cidade na Guiné, pode ser comparada a ela em extensão e beleza” (74).

Nyendael, que não alude a sacrifícios humanos, declarou que três poderosos senhores governavam “em nome do rei, (e) agiam de acôrdo com as normas vigentes” (75). Smith, Landolphe e Adams deram a impressão de acreditar que, em geral, “sacrifícios humanos não são, aqui, tão freqüentes como em outras partes da África” (76). Landolphe e Adams atestam a autoridade e poder supremos do Obá enquanto Smith classificou Benim “como o mais poderoso Império da Guiné” (77).

O Barão de Beauvais, que acompanhara Landolphe, em 1786, apresentou o primeiro testemunho visual de sacrifícios humanos em Benim, em sua descrição da morte de 15 homens durante uma cerimônia religiosa (78). Escreveu de modo sensacional mas pouco convincente sobre rumores de outros morticínios gerais, assinalando sua orientação “supersticiosa” ou religiosa (78). Nem King, Fawkner ou Owen assistiram à prática de sacrifícios humanos em Benim a ponto de referirem seus excessos. Fawkner, na verdade, testemunhou o “espetáculo mais chocante e revoltante” (79) em Benim, no decurso de um ordálio, quando o polegar de um homem foi queimado. É importante observar que o período mais bem documentado de sacrifícios humanos em Benim, o ano de 1780, foi unânimemente assinalado como o do ultra-agitado poder político do Oba Akengbuda. Landolphe, Beauvais

e Adams não mencionam “feiticeiros-sacerdotes” que poderiam ter influenciado, indevidamente, “um dos mais poderosos governantes da África” (70). Apesar disto, os viajantes mais experimentados que prestaram depoimentos mais verossímeis, isto é, Windham, Artus, Nyendael, Landolphe e Adams, não consideraram excessivos os sacrifícios humanos em Benim (76) e, exceto em 1780, nem mesmo dignos de nota.

Moffat, em 1838, não menciona o misterioso conjunto de “feiticeiros-sacerdotes” que, supostamente, estariam incumbindo o exército central de obter escravos para os sacrifícios. Sua peculiar contribuição à literatura sôbre a “degradação moral” de Benim foi sua descrição do Arho Ogiuwu, um verdadeiro “Gólgota”, onde crânios humanos eram levantados e deixados secar ao sol” (80). A sensibilidade de Moffat foi duramente atingida por esta “enojante” vista dos urubus alimentando-se dos corpos decapitados e pelo “intolerável” odor (80). Burton em 1862, sentiu, também, repulsa física pelo Arho Ogiuwu, tanto quanto pelas várias ruas da cidade, onde viu “crânios esverdeados e cheios de mofo, jogados como seixos” (81). Admitiu, entretanto, que o povo não demonstrava “qualquer emoção” a respeito das infortunadas vítimas. Jaccoliot, em 1879, testemunhou o sacrifício de duas jovens em uma cerimônia religiosa e acrescentou que as carcassas do Arho Ogiuwu eram de criminosos e prisioneiros que haviam sido eliminados (82). Gallwey, em 1893, declarou que “o rei é todo poderoso, embora parecesse como que dominado de algum modo nas mãos destes figurões e muito prêsa aos hábitos fetichistas” (83). Observou, também, que o “Gólgota” era realmente o lugar onde os corpos dos criminosos eram deixados” (83). As impressões do comandante Bacon e do capitão Boisragon já foram anotadas no parágrafo acima; mas Bacon notou também que “todos os que pudessem... se permitiam sacrifícios humanos” (84), porque — conforme conclusão da mesma testemunha — os Binis estavam temerosos de “serem atacados” pelos britânicos (85).

Assim, pois, observadores, entre 1838 e 1897, documentaram a degradação moral de Benim, pela descrição dos crânios e carcassas atacados pelos urubus, que adornavam o descampado à entrada da cidade. Enquanto Burton (86) e Gallwey se referiram à influência dos membros do *Eghaeybo n'Ore*, nem estes ou qualquer dos demais são capazes de classificar como nominal a posição do Obá. Akengbuda, conforme foi observado acima, parece ter exercido um poder despótico, enquanto Overami em 1897, confiou demasiado no parecer de seus conselheiros (87). Todos os testemunhos indicam evidentemente a crença dos Binis na eficácia religiosa de sacrifícios humanos e absoluta indiferença quanto ao aspecto ou odores do Arho Ogiuwu. Existe alguma confusão quanto a determinar se os sacrifícios em massa de 1897 foram iniciados voluntariamente (84), ou por ordem de Overami (87); e uma revisão nos princípios subjacentes de religião Bini, explicando sua atitude em relação aos sacrifícios humanos, ainda seria oportuna. Antes, porém, mais duas observações de visitantes britânicos devem ser consideradas. Cyril Punch, que esteve em Benim em 1890, assegurou que o “número atual de vítimas (sacrificadas)

foi exagerado" (88) e o British District Officer em 1914, declarou que "Benim não parece ser uma nação sedenta de sangue, a despeito de seu poder, e, ao contrário, seu povo é cortês e amistoso" (89).

Antes de 1890, todos os sacrifícios humanos relatados estavam em relação com os funerais de personagens importantes, deuses ou com as cerimônias anuais:

"Poucos sacrifícios humanos eram permitidos, exceto em Benim (cidade de)... e os mais importantes deles eram oferecidos aos ancestrais do Oba que, conforme crença geral, governavam a nação e asseguravam seu bem-estar" (90).

A. K. Ajisafe declarou "ser considerado necessário e honroso matar alguns homens (escravos ou crentes) para o funeral de algum personagem importante (o Obá, algum chefe ou algum homem rico)" (91). P. A. Talbot, de qualquer modo, escreveu a mais completa análise etnográfica dos hábitos sacrificiais dos Binis:

"Em Benim o culto dos ancestrais do Obá corresponde aproximadamente à religião do Estado e a celebração de ritos constitui as principais cerimônias do ano. Foi dos sacrifícios... em relação com eles que o Império Bini adquiriu sua reputação em parte imerecida, de ser cruel e sedento de sangue" (92).

Os sacrifícios humanos nos funerais, para determinadas divindades e em cerimônias anuais, não eram excessivos em número ou injustos na escolha das vítimas (92). E estes sacrifícios eram os únicos, "... à exceção de alguns por ordem dos "doutores", quando o império estava em perigo, como por exemplo, na ocasião da Expedição de 1897, quando foram chacinadas várias vítimas "a fim de manter a guerra longe da cidade". A impressão levada de Benim pelos membros desta expedição, que a compararam a uma "cidade de sangue", foi sem dúvida inspirada no número de cadáveres vistos por eles no Arho Ogiuwu... que supuseram ser os corpos de vítimas de uma chacina, quando eram, apenas, na verdade, criminosos executados ou pessoas mortas por alguma doença infecciosa a quem era negado funeral decente. Se as vítimas dos sacrifícios eram criminosos, estes teriam sem dúvida preferido a morte em oferenda aos deuses ou ancestrais do que de qualquer outro modo... Os mais terríveis, aos olhos modernos, eram os rituais do sol e da chuva nos quais as vítimas eram atadas aos galhos de uma árvore, mas é necessário lembrar que estas eram sempre, bruxos ou feiticeiros e portanto, culpados aos olhos dos nativos do mais hediondo dos crimes. A idéia da lei em Benim, como baseada num sangrento despotismo, aparece, pois em discrepância com a verdade" (93).

Os historiadores não podem deixar de lado a interpretação etnográfica de Talbot sobre as práticas sacrificiais em Benim, mesmo quando esta interpretação contraria, visivelmente, a tese histórica genérica sobre o "desejo autodestruidor dos governantes Binis". Estas práticas não podem ser consideradas a partir de uma escala ocidental de valores.

Finalmente, é preciso considerar que nenhum destes cronistas apresenta um testemunho ocular de uma cerimônia onde fossem sacrificadas

mais de quinze vítimas. As estórias sensacionais que surgiram dos depoimentos de Dapper, Barbot e Beauvais eram baseadas em especulações e rumores antes de qualquer outra coisa. A aversão física e moral dos cronistas vitorianos ao "Cólgota" de Benim, jamais foi acompanhada do testemunho ocular de morticínios em massa. Estes crânios e carcassas expostos em Benim, no Arho Ogiuwu, pareciam normais aos Binis cujos funerais eram diferentes dos europeus. R. E. Bradbury, em sua breve introdução à religião bini, faz a melhor síntese dos hábitos sacrificiais e do número usual de vítimas em cada ocasião⁽⁹³⁾. Sua tese, como a de Talbot, antes refere-se a sacrifícios rituais e limitados em Benim, nada apresentando que consubstancie as idéias de Dapper, Barbot e Beauvais. Os sacrifícios em massa de 1890, por estranha ironia, eram motivados pela apreensão do povo de que os britânicos pusessem em execução seus planos para impedir os sacrifícios humanos em Benim!

CONCLUSÃO

A presente análise do tráfico de escravos em Benim, as ruínas e despovoamento de sua Capital, e os costumes sacrificiais de seu povo entram em choque com algumas das hipóteses levantadas pelo enfoque histórico da vida de Benim. Ficou demonstrado que o comércio de escravos com os europeus teve pequena influência no desenvolvimento de Benim e que os sintomas de seu declínio foram superenfatizados. Se, na verdade, Benim não estava "intimamente ligado" com o tráfico, se armas de fogo não foram decisivas em seu processo de expansão territorial, se a cidade de Benim não pode ser caracterizada por suas ruínas e despovoamento e se os sacrifícios humanos não eram excessivos, o enfoque histórico da "ascensão" e "declínio" do "Estado" de Benim deve ser revisto. Mais especificamente, uma concepção alternativa da história de Benim deve ser colocada em oposição ao consenso geral de que em 1700, ao tempo de Nyendaël, "contínuas guerras estavam destruindo a prosperidade e mesmo, a estrutura do Estado".

Mas, desde que, ao que se supõe, o "Estado" de Benim estava descentralizado, êle existia apenas na medida em que as demais províncias pagassem seu tributo ao Obá. A situação flutuante na qual configurou-se o "Estado" de Benim, desafia uma definição precisa:

"É impossível, hoje, precisar a extensão do Império Benim em qualquer momento determinado... As fronteiras eram elásticas, dilatando-se e contraindo-se na medida em que conquistas eram efetuadas ou vassallos rebeldes da zona fronteira eram desligados e voltavam a ser dominados"⁽⁹⁴⁾.

A extensão do Estado de Benim e, portanto, o contróle do Obá sobre as regiões de fronteiras estava em constante fluxo, conforme alguns vassallos pagassem ou não o tributo. Mas os longos reinados de Akenzua I, Eresoyen, Akengbuda, Osenwede e Adolo⁽⁹⁵⁾ sugerem que a estrutura

institucional de Benim era tão estável depois da visita de Nyendaël, como antes.

As conclusões dos historiadores repousam em grande parte sobre os depoimentos dos mercadores de escravos e cronistas, os quais ainda não foram crítica ou exaustivamente explorados. Assim o comentário do Comandante Bacon, do qual foi feito o excerto que inicia este artigo, contém, também, a importante observação de que a cidade de Benim "possuía uma beleza própria . . . parecendo um lugar que sugerisse paz e prosperidade" (96). A falência ao correlacionar evidências conflitantes e freqüentemente contraditórias extraídas da tradição oral ou da etnografia leva-nos a uma concepção vaga e inadequada da história desta importante área.

Scheme for the Study of Benin History, trabalho monográfico em preparação, sem dúvida lançará novas luzes sobre o problema.

Enquanto isto, uma alternativa valiosa na explanação preliminar da história de Benim já foi apresentada por R. E. Bradbury:

"Depoimentos escritos sobre Benim descrevem períodos de um poder sujeito a múltiplas flutuações e cuja prosperidade era seguidamente atingida por guerras civis, provavelmente causadas pelas lutas sucessórias no Império. . . Entre períodos de lutas, o Império parece ter dado mostras de uma excepcional capacidade de reerguimento. . . A história de Benim, portanto, é uma sucessão de períodos de expansão e contração territorial alternantes, de acordo com o grau de poder e autoridade centrais" (94).

Mas mesmo a análise de Bradbury não está livre da influência da descrição básica da visita de Nyendaël; e este trabalho não é orientado historicamente. Enquanto a monografia sobre o *Benin Scheme* sem dúvida colocará o problema em termos mais específicos, a questão mais grave da terminologia continuará a preocupar os historiadores africanos — especialmente os escritores de "Histórias Gerais" — até que frases mais rigorosas sejam descobertas para descrever os fenômenos descontínuos da cultura.

THE SLAVE TRADE, DEPOPULATION AND HUMAN SACRIFICE IN BENIN HISTORY

Looking into the causes of the decline and depopulation of the Benin Empire, the Author yields the conclusion that the history of the mentioned empire, between 1486 and 1897 is "more accurately posited as a series of fluctuations and adjustments, rather than as a gradual "rise" and "decline". His thesis proves that the decline of the empire was not caused by the slave trade and human sacrifice, as described by the chroniclers of the time and accepted by modern historians, but result from civil wars and the State disorganization. As to the study of the second

of those supposed causes, — human sacrifices — the Author points out improprieties and contradictions held in the historical departments, calling attention to others, which offer a positive picture of Benin City and Empire.

LE TRAFIC DES ESCLAVES, DÉPOPULATION, ET SACRIFICE HUMAIN DANS L'HISTOIRE DE BENIN

En examinant les causes du déclin et de la dépopulation de l'Empire de Benin, l'Auteur parvient à la conclusion que l'histoire de l'empire, entre 1486 et 1897, c'est "plutôt une suite d'incertitudes et d'ajustements qu'un procédé de "progrès" et de "déclin". La thèse prouve que le déclin de l'empire n'a pas été causé par le trafic d'esclaves et par les sacrifices humains d'après la description faite par les chroniqueurs de son temps et acceptée par des historiens modernes, mais qu'il provient des guerres civiles et de l'organisation de l'Etat. Dans l'étude de la deuxième des ces causes données, les sacrifices humains, l'Auteur mentionne des incorrections et des contradictions renfermées dans les départements historiques, en attirant l'attention sur d'autres qui offrent une idée positive de la ville et de l'empire de Bénin.

BIBLIOGRAFIA

FONTES PRIMARIAS PRINCIPAIS

- ADAMS, Captain John, *Remarks on the Country Extending from Cape Palmas to the River Congo*, London, 1923 (36, 58, 76).
- ASTLEY, Thomas, *Voyages and Travels*, Vols. I — III, London, 1745 (15, 16, 23, 25, 44, 49, 52, 72).
- BACON, Commander R.H., *Benin: The City of Blood*, London, 1897 (1, 84, 96).
- BARBOT, Jean, *A Description of the Coasts of North and South Guinea*, Paris, 1732 (7, 74).
- BARROS, João de, *Da Asia*, in CRONE, G.R., *The voyages of Cadamosto*, London, 1937 (12, 66).
- BEAUVAIS, Baroh A.P. de, "Notice sur le peuple de Benin", *Décade Philosophique*, n.º 12, Année 9, 1801 (78).
- BLAKE, John W., *Europeans in West Africa, 1450 — 1560*, London, 1942 (10, 20, 69).
- BOISRAGON, Captain Alan, *The Benin Massacre*, London, 1897 (2, 85).
- BOSMAN, William, *A New and Accurate Description of the Coast of Guinea*, in PINKERTON, John, *Voyages and Travels*, Vol. XVI, London, 1897 (3, 8, 26, 51, 54, 64, 75).
- BURTON, Richard F., "My wanderings in West Africa", *Fraser's Magazine*, Vol. 67, Feb., Mar., Apr., 1863 (40, 43, 61, 81, 86).
- DAPPER, D.O., *Description de l'Afrique*, Amsterdam, 1686 (17).
- EQUIANO, Olaudah, *The life of Olaudah Equiano*, Vol. I, New York, 1791 (34, 56).
- FAWCKNER, Captain James, *Travels on the Coast of Benin*, London, 1837 (37, 60, 79).
- GALLWEY, Captain H.L., "Journeys in Benin", *Geographical Journal*, Vol. I, 1893 (41, 48, 63, 83).
- JACCOLIOT, Louis, *Voyages aux rives du Niger, au Benin et dans le Bourgou*, Paris, 1879 (62, 82).

- KING, Lt. John, "Extrait de la relation inédite d'un voyage fait, en 1820, aux royaumes de Benin et de Warre", *Journal des voyages, découvertes et navigations modernes*, Vol. 13, 1882 (59).
- LANDOLPHE, Captain J.F., in QUESNE, J.S., *Mémoires du Capitaine Landolphe, contenant l'histoire de ses voyages*, Vols. I – II, Paris, 1823 (35, 57, 76).
- MOFFAT e SMITH, in *Journal of the Royal Geographical Society*, Vol. II, 1841 (39, 80).
- OGILBY, John, *Africa*, London, 1670 (46, 73).
- OWEN, Captain W.F.W., *Narrative of Voyages*, Vol. II, London, 1833, (38).
- PEREIRA, Duarte P., *Esmeraldo de Situ Orbis*, Trad. e edit. KIMBLE, G.H.T., London, 1937 (9, 13, 22, 24, 67).
- SMITH, William; *A New Voyage to Guinea*, London; 1744 (32, 55, 76, 77).

TRABALHOS SECUNDÁRIOS, ETNOGRAFIA e FONTES PRIMÁRIAS
DE MENOR IMPORTÂNCIA

- AFRICANUS, Leo, *The History and Description of Africa of Leo Africanus*, trad. PORY, John, ed. BROWN, Robert; Vol. I, London, 1846 (68).
- AJISAFE, A.K., *Laws and Customs of the Benin People*, Lagos, 1945 (91).
- D'AVEZAC, M., *Notice sur le pays et le peuple des Yebous en Afrique*, Paris, 1845.
- BAIKIE, William B.; *Narrative of an Exploring Voyage*, London, 1856.
- BIOBAKU, Saburi; "An Historical Sketch of the peoples of Western Nigeria", *Odu*, N.º 6, Junho, 1958.
- BLAKE, John W. *Europeans Beginnings in West Africa*, London, 1937 (11, 14, 18).
- BRADBURY, R.E., *The Benin Kingdom and the Edo-speaking peoples of South-Western Nigeria*, London, 1957 (21, 47, 70, 93, 94).
- BRADBURY, R.E., "Chronological Problems in the Study of Benin History", *Journal of the Historical Society of Nigeria*, Vol. I, n.º 4; 1959 (45).
- BRADBURY, R.E., "Ehi: Three Stories from Benin", *Odu*, n.º 8, 1958.
- BRADBURY, R.E., "Some aspects of the Political Organization of the Benin Kingdom", *Proceedings in the West Africa Institute of Social and Economic Research*, 1952.
- BURNS, Alan C. *History of Nigeria*, London, 1942.
- BURTON, Richard F., *Wanderings in West Africa*, Vol. II, London, 1863.
- BUTCHER, H.L.M., "Some aspects of the Otu System of the Isa Subtribes of the Edo People of Southern Nigeria", *Africa*, Vol. 8, N.º 2, 1935 (19).
- Colonial Office, "Notes on the Form of Bini Government", *Man*, vol. 4 N.º 33, 1904.
- DAVIDSON, A.M., "The Origin and Early History of Lagos", *The Nigerian Field*, Vol. 19, n.º 2, 1954 (42).
- DONNAN, Elisabeth, *Documents Illustrative of the History of the Slave Trade to América*, Vols. I – III, Washington, 1930 (28, 31, 33).
- DIKE, Kenneth O., *Trade and Politics in the Niger Delta: 1830-1885*, Oxford, 1956.
- DUCKWORTH, E.H., "Badagry: Its Place in the Pages of History", *Nigeria*, vol. 38, 1952.
- EGHAREVBA, Jacob U., *A Short History of Benin*, Ibadan, 1960 (5, 53, 71, 87, 95).
- FAGE, J.D., *An introduction to the History of West Africa*, Cambridge, 1961 (4).
- FORDE, Daryll C. e JONES, G.I., *The Ibo and Ibibio-speaking peoples of South Eastern Nigeria*, London, 1950.
- FORMAN; W. e B. e DARK Philip, *Benin Art*, London, 1960.
- HODGKIN, Thomas, *Nigerian Perspectives: An Historical Anthology*, London, 1960.
- LLOYD, P.C., "Capitaine Landolphe and the Compagnie d'Owhere et de Benin", *Odu*, n.º 5, 1958.
- MANNIX, Daniel P., *Black Cargo*, New York, 1962.

- MOCKLER-FERRYMAN, A.F., *Imperial Africa*, Vol. I, London, 1898.
- OMO-ANANIGIE, Peter I., *A Brief History of the Etsaker*, Lagos, 1946.
- READ, Charles H. e DALTON, Ormande M., *Antiquities from the City of Benin*, London, 1899.
- ROTH, Henri L., *Great Benin: Its Customs, Arts and Horrors*, Halifax, 1903 (88).
- RUMANN, W.B., "Funeral Ceremonies for the late Ex-Oba de Benin", *Journal of the Historical Society of Nigeria*, Vol. I, n.º 4, 1959.
- RYDER, A.F.C., "The Benin Missions", *Journal of the Historical Society of Nigeria*, Vol. 2, n.º 2, 1961 (6, 27, 50).
- SMITH, H.F.C., "The Benin Study", *Journal of the Historical Society of Nigeria*, Vol. I, n.º 1, 1956.
- SORRENTO; J.M. da, "*A voyage to the Congo*", in CHURCHILL; ANSHAWN e JOHN, "*A Collection of Voyages and Travels*", Vol. I, London, 1704.
- TALBOT, P.A. *The Peoples of Southern Nigeria*; Vols. I – III; London; 1926 (90; 92).
- THOMAS, Northcote W.; *Anthropological Report on the Edo-speaking Peoples of Nigeria*, Vol. I; London; 1910.
- THOMAS, Northcote W., "The Edo-speaking Peoples of Nigeria", *Journal of the African Society*, Vol. 10, n.º 37, 1910.
- TONG, Raymond, "The Ancient City of Benin"; *Corona*; Vol. 3; n.º 1; 1951.
- TONG, Raymond; *Figures in Ebony*; London, 1958 (65).